

## A MALVERSAÇÃO DO RECONHECIMENTO NO TRABALHO DOCENTE PRECARIZADO E INTENSIFICADO

The malpractice of the recognition in precarious and intensified teaching work

Le détournement de la reconnaissance dans le travail des enseignants précaire et intensifié

La malversación del reconocimiento en el trabajo del professor precarizado y intensificado

**Eduardo Pinto e Silva<sup>1</sup>**

Doutor em Educação pela UNICAMP e Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ. Professor Associado no Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Integrante da rede de pesquisa Universitas/Br e do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS-UNICAMP).

**Fábio Machado Ruza<sup>2</sup>**

Doutor em Educação pela UFSCar. Auxiliar em Assuntos Educacionais no IFSULDEMINAS. Integrante da rede de pesquisa Universitas/Br e do Núcleo de Estudos Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS-UNICAMP).

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os paradoxos, os impasses e as (im)possibilidades do reconhecimento no/do trabalho do professor universitário. São apresentadas sínteses de três pesquisas: a primeira analisou trabalho, subjetividade e saúde em uma universidade em expansão; outra abordou o trabalho intensificado do professor em um programa de pós-graduação de excelência; e a terceira estudou o trabalho precarizado do tutor na educação a distância. As análises se articulam em torno dos seguintes eixos: trabalho, sociabilidade e subjetividade; malversação do reconhecimento, sofrimento e adoecimento; intensificação e precarização do trabalho. Conclui-se que a precarização-intensificação do trabalho engendra uma unidade contraditória de prazer-sofrimento na qual o reconhecimento é colocado em suspenso, quando não des-efetivado ou fraudado. Prevalecem o sofrimento e os processos patogênicos tão silenciados quanto insidiosos.

**Palavras-chave:** Trabalho do professor universitário; Malversação do reconhecimento; Sofrimento e adoecimento; Psicodinâmica do Trabalho.

### Abstract

The purpose of this article is to analyze the paradoxes, the impasses and the (im)possibilities of the recognition in/of the work of the university professor. Summaries of three surveys are presented: the first analyzed work, subjectivity and health in an expanding university; another addressed the intensified work of the teacher in a postgraduate program of excellence; and the third studied the precarious work of the tutor in distance education. The analyses are articulated around the following axes: work, sociability and subjectivity; malpractice of the recognition, suffering and illness; intensification and precariousness of work. It is concluded that the precariousness-intensification of work engenders a contradictory unity of pleasure-suffering in which recognition is placed in suspense, when not de-effected or falsified. Prevails the suffering and pathogenic processes that are both silenced and prevails.

<sup>1</sup> [dups02@gmail.com](mailto:dups02@gmail.com)

<sup>2</sup> [fabioruza@yahoo.com.br](mailto:fabioruza@yahoo.com.br) – A pesquisa obteve financiamento da FAPESP, por meio do processo nº 2013/14178-6.

**Keywords:** University professor's work; Malpractice of the recognition; Suffering and illness; Psychodynamics of Work.

---

### Résumé

Le but de cet article est d'analyser les paradoxes, les impasses et les (im)possibilités de reconnaissance dans le/du travail du professeur d'université. Des résumés de trois recherches sont présentés ici: la première recherche a analysé le travail, la subjectivité et la santé dans une université en expansion; la deuxième a abordé le travail intensifié de l'enseignant dans un programme d'excellence de troisième cycle; et la troisième a étudié le travail précaire du tuteur dans l'enseignement à distance. Les analyses s'articulent autour des axes suivants: le travail, la sociabilité et la subjectivité; le détournement de la reconnaissance, de la souffrance et de la maladie; l'intensification et la précarité du travail. On conclut que la précarisation-intensification du travail engendre une unité contradictoire de plaisir-souffrance dans laquelle la reconnaissance est mise en suspens, lorsqu'elle n'est pas annulé ou frauduleux. La souffrance et les processus pathogènes prévalent aussi silencieux qu'insidieux

**Mots-clés:** Travail de professeur d'université; Détournement de reconnaissance; Souffrance et maladie; Psychodynamique du travail.

---

### Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las paradojas, los impasses y las (im)posibilidades del reconocimiento en el/del trabajo del profesor universitario. Se presentan las síntesis de tres investigaciones: la primera analizó el trabajo, la subjetividad y la salud en una universidad en expansión; la otra abordó el trabajo intensificado del profesor en un programa de post-grado de excelencia; y la tercera estudió el trabajo precarizado del tutor en la educación a distancia. Los análisis se articulan en torno a los siguientes ejes: trabajo, sociabilidad y subjetividad; malversación del reconocimiento, sufrimiento y enfermedad; intensificación y precarización del trabajo. Se concluye que la precarización-intensificación del trabajo genera una unidad contradictoria de placer-sufrimiento en la cual el reconocimiento es puesto como suspendido, cuando no es des-efectivo o defraudado. Prevalecen el sufrimiento y los procesos patogénicos tan silenciados como insidiosos.

**Palabras-clave:** Trabajo del profesor universitario; Malversación del reconocimiento; Sufrimiento y enfermedad; Psicodinámica del Trabajo.

---

### Introdução

Tendo como referência as transformações das últimas décadas na economia mundial, no Estado e nas políticas educacionais, buscamos promover o debate sobre os processos de subjetivação e de malversação do reconhecimento no trabalho docente precarizado e intensificado. O objetivo é analisar os paradoxos, impasses e (im)possibilidades do reconhecimento no/do trabalho. Tomamos como base da análise as contribuições da Psicodinâmica do Trabalho e algumas de suas interfaces, com destaque às da Psicossociologia. Apresentamos dados de três pesquisas: duas de doutorado (Ruza, 2017; Sampaio, 2017) e uma de pós-doutorado (Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014). Articulamos as análises dessas pesquisas

aos seguintes eixos: trabalho, sociabilidade e subjetividade; malversação do reconhecimento; sofrimento e adoecimento; intensificação e precarização do trabalho.

Uma das pesquisas de Doutorado (Ruza, 2017) destaca as dimensões subjetivas, psicodinâmicas e sócio institucionais relacionadas à intensificação do trabalho na pós-graduação. E a outra (Sampaio, 2017) os conflitos identitários no trabalho na EaD e suas relações com a precarização subjetiva e objetiva. Ambas foram precedidas pela pesquisa de pós-doutorado (Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014), cujo tema geral foi trabalho, saúde e subjetividade do professor frente às múltiplas demandas de uma universidade em expansão.

Partimos da compreensão do trabalho como categoria central de análise.

E consideramos que os processos de subjetivação, no contexto de políticas públicas e práticas educacionais fortemente marcadas pela mercantilização e pelo modelo gerencialista, são engendrados em contextos laborais cotidianos nos quais os espaços de sociabilidade e interação são permeados por uma série de contradições, a saber: autonomia x heteronomia; adesão x resistência; alienação x estranhamento; sofrimento x prazer.

Destacamos que o gerencialismo é uma forma social (de gestão) derivada da forma valor ou forma mercadoria. A matriz das formas de sociabilidade e de reconhecimento nele presentes, portanto, nos remete à expropriação, alienação e reconhecimento fetichizado. Nesse sentido, ainda que nossa crítica ao gerencialismo e às políticas educacionais seja aqui priorizada, alertamos para um “*continuum* estrutural” das “ações capitalistas de troca mercantil” e de “exploração produtiva” com a “forma política estatal”, ou ainda, para o fato de que as “formas sociais do capitalismo” são “lastreadas no valor e na mercadoria” (Mascaro, 2013, p.19-20). Salientamos, com isto, que o gerencialismo é um modelo de gestão orientado por uma racionalidade que estende o *ethos* econômico a todas as esferas da atividade humana.

Na construção de identidades, sentidos e significados, no trabalho mediado por formas sociais, políticas e estatais derivadas da forma mercadoria, há distintas configurações do par sofrimento-prazer, cujos desdobramentos, favoráveis ou desfavoráveis à saúde e ao equilíbrio psicossomático, dependem das formas de reconhecimento (ou do não-reconhecimento) do/no trabalho, assim como das estratégias defensivas constituídas pelos coletivos de trabalho.

Consideramos haver nas universidades uma tendência de sobrecarga de trabalho a partir de demandas múltiplas e por vezes contraditórias de atividades de distintas naturezas (graduação; pós-graduação; EaD; gestão). Essa tendência

induz formas de sociabilidade competitivas e uma intensificação vertiginosa do trabalho docente. A intensificação do trabalho, fortemente presente no trabalho da pós-graduação, engendra e articula distintas formas de precarização e expropriação, notadamente presentes no trabalho do professor substituto nos *campi* interiorizados e no trabalho dos tutores em EaD.

Ao nos determos nas dimensões simbólicas, intersubjetivas, políticas e psicodinâmicas do trabalho do professor universitário, apontamos para contraditórias construções de sentidos e significados. Verificamos conflitos identitários e dimensões ético-políticas do trabalho e dos processos de saúde-doença. O adoecimento, tão silencioso quanto insidioso, pode ser relacionado ao não-reconhecimento do/no trabalho e às limitações das estratégias defensivas, subversões criativas e resistências ao modelo de gestão gerencialista.

### **Reconhecimento e não-reconhecimento do/no trabalho**

Tomamos como referência proposições teóricas e análises de situações concretas de trabalho, com ênfase no conceito de reconhecimento (Dejours, 2004a; 2004b; 2004d). O que nos remete à análise psicodinâmica do par prescrição-trapaça (Dejours, 1996; 2004c; Silva & Heloani, 2013). Já os conceitos de injunções paradoxais e quantofrenia, da Psicossociologia (Gaulejac, 2007), indicam alguns impedimentos intrínsecos ao sistema organizacional.

Ao analisarmos o trabalho e subjetividade do professor consideramos a unidade contraditória sofrimento-prazer, constitutiva de subjetividades refratadas e refratárias, vulneráveis ao adoecimento e contrapostas por formas de resistências relativamente frágeis, num contexto de sociabilidade produtiva, racionalidade instrumental e sobreposição de tarefas e

intensificação do trabalho (Silva & Mancebo, 2014).

Com base em Dejours (2004a; 2004b; 2004d) consideramos que o reconhecimento no trabalho diz respeito ao reconhecimento, horizontal e vertical, em torno de sua beleza e utilidade. A utilidade é compreendida numa dimensão substantiva, do trabalho vivo e inventivo face aos ditames pragmáticos das prescrições normalizadoras, e, portanto, de forma diametralmente oposta ao como é considerada pelo paradigma do pragmatismo utilitarista.

O reconhecimento é considerado por Dejours (2004d) condição fundamental na permanência do sentido no trabalho. Trata-se de reconhecer as contribuições dos trabalhadores à organização do trabalho, uma vez que esta, “como um todo, está inacabada, incompleta, imperfeita” (Dejours, 2004c, p.297). Contribuições estas que são, muitas vezes, impedidas, senão obstaculizadas, mas das quais depende as possibilidades de transformação do sofrimento em prazer no trabalho; ou em outros termos, da substituição do sofrimento patogênico pelo sofrimento criativo. A substituição do trabalho patogênico pelo sublimatório requer formas de reconhecimento que se distinguem das que predominam na forma social e histórica do mundo do trabalho atual que, em grande medida, corrompe, sob a matriz da forma mercadoria, a psicodinâmica do reconhecimento do/no trabalho.

A organização prescrita, não obstante, é inevitável e necessária e “pressupõe interpretação, discussão, escolhas, decisão” (Dejours, 2004c, p.297). Ela é intrínseca ao planejamento organizacional. É um referente a partir do qual pode emergir o trabalho vivo e criativo: “a organização prescrita funciona não como prescrição, mas como referência comum” (Dejours, 2004c, p.297). É o que pode e deve balizar a engenhosidade dos trabalhadores. Afinal, para trabalhar, são necessários os macetes e a inteligência

prática, o que implica em uma dimensão enigmática do trabalho, que não se reduz a ser a materialização do prescrito, mas pelo contrário, vai além dele (Dejours, 2004a). O engajamento do corpo e a importância dos resultados da ação são elementos fundamentais da inteligência prática. Esta segunda característica merece um destaque:

“A segunda característica da inteligência prática é conceder mais importância aos resultados da ação do que ao caminho empreendido para chegar aos objetivos. A condução do pensamento é um dado capital, mas pouco se interessa pelo rigor. Aqui prepondera a bricolagem, o improviso, a trapaça, a molecagem, a astúcia. A justificação, a explicação, a elucidação, a legitimação, a análise só aparece depois de atingida a meta. A experiência precede o saber. Em outras palavras, o que prevalece no emprego da inteligência prática é a astúcia. Essa inteligência é fundamentalmente uma “inteligência astuciosa”, que pode ser colocada em oposição à “inteligência conceitual” (Dejours, 2004c, p.287).

As formas de reconhecimento efetivas podem advir de uma legitimação coletiva, no espaço da palavra (foro de negociações entre gestão e coletivo de trabalhadores). Dejours aponta para subversões criativas (e não dolosas) da organização prescrita. Práticas astuciosas que implicam em macetes e trapaças (*tricheriès*) absorvidos e inscritos nas formas de organização do trabalho, transformando-as. Criativas e não dolosas, redundam em contribuição do coletivo de trabalhadores à organização do trabalho (Silva & Heloani, 2013). Devem ser

distinguidas das fraudes ou transgressões (Dejours, 2004c; 1996). Como exemplo de fraudes no campo acadêmico temos os casos e práticas de plágios e de coautorias com números escandalosamente inflados de autores, ou ainda, os denominados “artigos salame”.

Assim, algumas estratégias defensivas (patogênicas) são incitadas pelo sistema de avaliação quantofrênico e pelo produtivismo acadêmico, cuja matriz é a expropriação do trabalho. O sistema quantofrênico toma como princípios: “compreender é medir”; “a organização é um dado”; “a reflexão está a serviço da ação”; “o humano é um recurso” (Gaulejac, 2007, p.77). Esses princípios têm como bases os paradigmas utilitários, funcionalistas e objetivistas derivados da forma mercadoria (Mascaro, 2013). Uma panóplia imensa de procedimentos e discursos consolidam modos de avaliação atrelados aos financiamentos, e nos quais índices, ranqueamentos e medidas pretensamente objetivos são tomados como parâmetros de sucesso. E o são de forma divorciada do real do trabalho e das condições objetivas de trabalho. Implicam em competição desenfreada, individualismo, normopatia e degradação do coletivo e de suas possibilidades criativas e transformadoras.

Portanto, as trapaças recriam o prescrito e são consideradas por Dejours (2004c; 1996) como subversões criativas presentes na dimensão ético-política e coletiva do trabalho cooperativo. Geralmente são derivadas de processos de pesquisa-intervenção nos quais ocorrem a reapropriação do sentido do trabalho (Dejours, 2004d). Tal possibilidade requer o espaço da palavra e a negociação entre coletivo de trabalhadores e gestão. O reconhecimento do saber coletivo e da inteligência prática permite restaurar o sentido e função social do trabalho, assim como permite maior eficácia na tarefa e preservação do equilíbrio psicossomático do trabalhador. As fraudes, por sua vez, implicam em sofrimento, sentimento de

culpa, transgressões e infrações individualizadas e ilegítimas (Dejours, 1996). São estratégias defensivas patogênicas que engendram mecanismos de clivagem do eu, senão adoecimentos.

A clivagem é uma espécie de situação não propriamente patológica, mas normopática, na qual um Eu oficial se entusiasma e se deixa capturar por seus ideais de perfeição e idealizações inconscientes-ilusórias, e que convive, como se não entrasse em colisão, com um Eu que murmura e se ressentido de não ser o que efetivamente valoriza em termos de valores éticos e políticos (Gaulejac, 2007). Ou ao menos, em termos do que considera ser um trabalho de fato merecedor de reconhecimento de sua utilidade e beleza.

O imaginário enganoso prevalece sobre o criativo no contexto da quantofrenia e de injunções paradoxais, na qual responder a uma demanda (de trabalho intenso, produtivo como um fim em si mesmo) não permite se responder a outra (trabalho de qualidade, produção como produção de sentido e de autenticidade, autoria etc). A quantofrenia significa que há uma fragmentação, tanto do modelo avaliativo em relação ao trabalho, trabalhador e condições de trabalho, como dos instrumentos de medidas e escores obtidos em relação ao trabalho vivo e esforço efetivo. Ou ainda, fragmentação do trabalhador consigo mesmo (Gaulejac, 2007).

As injunções paradoxais, que por vezes pregam eufemisticamente o coletivo e a qualidade, num sistema que demanda competitividade, individualismo e avaliações individualizadas e quantitativas, forjam a clivagem do ego e a normopatia. O indivíduo é “reconhecido” tão somente enquanto recurso e em suas ações que sejam rentáveis ou contabilizáveis num sistema métrico, numa doença da medida que engendra a gestão como doença social (Gaulejac, 2007).

As saídas sublimatórias e criativas parecem ocorrer, conforme aponta a análise dejouriana, nos casos de criação do

espaço da palavra e negociação entre coletivo de trabalhadores e gestão pela via da intervenção psicossocial psicodinâmica. Pela mediação do espaço da palavra, de um foro de negociação (orgânico, permanente) entre trabalhador-organização do trabalho (que se relaciona com possibilidades de transformação de políticas mais amplas que direcionam a morfologia do trabalho e de suas avaliações). Mas o contexto do trabalho universitário e da forma política estatal, que “só pode existir nas condições da reprodução econômica capitalista” (Mascaro, 2013, p.111), é avesso a tal configuração. Os referidos plágios, coautorias “infladas” e duvidosas, republicações ou “requentamentos” de artigos replicados ou recortados de formas disfarçadas, ficam muito aquém do reconhecimento e legitimidade. As fraudes, portanto, tão somente produzem reconhecimentos fetichizados.

Todas as situações que se divorciam das possibilidades de reconhecimento de fato e de sofrimento criativo ficam à mercê da clivagem, da normopatia, das estratégias defensivas patogênicas e/ou adoecimento. Nossas pesquisas apontam para a prevalência de problemas de saúde de professores universitários nos quais os diagnósticos de depressão e de distúrbios afetivos e de humor são os que mais se destacam (Silva, 2015). Eles se relacionam a sofrimentos éticos e políticos, sobretudo nos casos dos professores imbuídos de um ideal de, por meio de suas atividades profissionais, serem produtoras de ações transformadoras. Professores que se referem à intenção de fazer, da instituição universitária, uma instituição com função social, e, portanto, eficaz na busca do enfrentamento da desigualdade social e da produção da justiça social. E que, ao se deparar com impedimentos, sofrem, quando não adoecem.

Na pesquisa sobre trabalho e subjetividade numa universidade em expansão, foi recorrente casos de professores que trabalhavam num *campus*

interiorizado e que se transferiram para o *campus* matriz, ou que desejavam fazê-lo (Silva, 2015). No *campus* interiorizado a precarização e a sobrecarga de trabalho era mais acentuada, o que em larga medida os impedia de desenvolver atividades na pós-graduação. De modo geral se mantinham atrelados aos seus grupos de pesquisa onde se formaram, e o polo interiorizado se circunscrevia às atividades de ensino, extensão e gestão. Verificou-se fragilidade das defesas e adoecimento. Mas também possibilidades de vínculos afetivos grupais e de micro resistências. Não obstante, predominava, de modo geral, impasses relativos à carreira e ao reconhecimento, tal como o do relato a seguir (Silva, 2015, p.69), que expressa conflitos e dúvidas, presentes nas subjetividades docentes:

Eu vivo pensando em me transferir ou fazer concurso pra outro lugar, mas fico achando que eu não conseguiria, porque eu publiquei pouco. E publiquei tão pouco porque fiquei sobrecarregado, estressado, doente e depois deprimido. O que fez com que eu “ressuscitasse” um pouco foi que eu comecei a escrever denúncias e textos “militantes”. E daí me aproximei muito de outras pessoas que também estavam muito incomodadas com a situação do polo e tentando mudá-la. E agora eu fico com medo de me transferir para um outro lugar, ele ter problemas estruturais parecido com os daqui, e eu ainda por cima não conseguir me entrosar lá. De vez em quando eu penso em abandonar a vida acadêmica e ir pra outro país (Professor *campus* interiorizado, 2012).

No caso dos gestores-professores, a clivagem como forma de defesa dos



sofrimentos e conflitos era notória: sentiam-se impelidos a cobrar e pressionar metas e resultados de seus pares que, no caso de seu modo (idealmente concebido) de agir como professores, eram considerados como contrários ao trabalho bem feito e merecedor de reconhecimento que, em tese, defendiam. A duplicidade do eu os afetava e sua sobrevivência se dava na base do cinismo ou da prática ambígua, cuja validade, em termos de sua saúde e eficácia, tinha seus dias contados.

### **Paradoxos, impasses e malversação do reconhecimento no trabalho precarizado e intensificado**

Para analisarmos os paradoxos, impasses e (im)possibilidades do reconhecimento no/do trabalho faz-se necessário considerar as capacidades de autonomia, inventividade e criatividade do trabalhador, para além do que lhe é imposto sob determinados padrões quantofrênicos. O reconhecimento do e no trabalho se entrelaça à discussão tanto das possibilidades como dos impedimentos à autonomia do trabalhador frente aos modelos organizativos e às políticas de avaliação de desempenho que permeiam instituições públicas e privadas, sob o primado do gerencialismo e da forma valor.

A pesquisa de pós-doutorado (Silva, 2015; Silva & Mancebo, 2014) possibilitou uma sistematização dos referidos impasses e paradoxos, retomados nas pesquisas de Ruza (2017) e Sampaio (2017). Na primeira se partiu do pressuposto de que a expansão da universidade dar-se-ia sob a égide da racionalidade instrumental, e assim impingiria uma sobrecarga de trabalho. Ela incluiu análise de documentos e de dados institucionais (relativos à expansão, contratação, aposentadorias, afastamentos e licenças por problemas de saúde, carga horária de trabalho em atividades de ensino, extensão e pesquisa, dentre outros).

A pesquisa de campo, realizada nos *campi* matriz e interiorizados de uma universidade federal, confirmou essa hipótese, sendo a racionalidade instrumental identificada nos modelos avaliativos e, sobretudo, na pós-graduação das áreas de Ciência & Tecnologia.

A sobrecarga de trabalho era intensa nas atividades de pós-graduação no *campus* da matriz da universidade pesquisada, assim como nos *campi* interiorizados. Por motivos distintos. No primeiro em função de uma adesão irrestrita ao produtivismo acadêmico. No segundo devido à infra-estrutura precária e número limitado de professores face à demanda de trabalho, aliada à alta quantidade de professores substitutos. Como foi apontado em uma das falas, havia limitações ao trabalho portador de sentido e à construção da carreira.

Foi possível realizar uma série de questionamentos sobre o prazer-sofrimento, ou ainda, sobre a ocorrência de adoecimento, estratégias defensivas e formas de resistência política. Identificou-se intrincados processos de sofrimento-prazer no trabalho. Estes foram relacionados ao estranhamento diante de relações de trabalho competitivas, individualismo exacerbado, formas de avaliação do trabalho heterônomas e condições precárias e/ou intensas de trabalho.

O adoecimento no trabalho tendia a ser ocultado, negado e estigmatizado. Caracterizava-se como silencioso e insidioso. Quando explicitado, a ponto de gerar processos de licença e afastamento, não raro se apresentava de forma crônica. Foi identificada a prevalência dos distúrbios de humor e de afetividade, com destaque à depressão. E o sofrimento, embora nem sempre produtor de adoecimento propriamente dito ou assim identificado, pôde ser relacionado aos impedimentos dos ideais ético-políticos dos professores.

### **A manipulação da subjetividade e o idealizado ideal de si e da dita “excelência” no trabalho do professor da pós-graduação**

Ruza (2017) analisou a sedução da gestão institucional em programas de excelência de uma universidade pública do Estado de São Paulo. A pesquisa incluiu: análise de documentos; dados da instituição; questionários; e 10 entrevistas semiestruturadas. No questionário 78% dos docentes responderam já ter adoecido por motivo relacionado ao trabalho. A sobrecarga de trabalho também foi referida por 72% dos docentes. Na análise das entrevistas afluíram os motores da sedução institucional e da manipulação da subjetividade docente.

Ruza (2017) partiu da compreensão de que o reconhecimento assume um papel central na construção de sentido e na conversão do sofrimento em prazer no trabalho. As expectativas de excelência e de alta *performance* no trabalho, porém, encontravam entraves e engodos ao efetivo reconhecimento. Sob os auspícios da manipulação da subjetividade o prazer tendia a se aprisionar em uma forma agressiva, senão fetichizada. Identificou-se uma série de tessituras envoltas no que redundava naquilo que denominamos ser uma malversação da psicodinâmica do reconhecimento.

Nela o sofrimento prevalece enquanto fator patogênico e constitutivo do auto engodo, ao invés de ser aspecto transmutado em prazer pela mediação do reconhecimento. O real do trabalho, sua dimensão substantiva, tendia a ser solapada pela mera valorização de metas e resultados. Os critérios autônomos de autoavaliação tendiam a ser substituídos pelos heterônomos, engendrados pela perspectiva funcionalista e gerencialista. E em muitos casos, eram internalizados como se fossem próprios do sujeito (Ruza, 2017, p.162): “a gente se sente obrigado a

superar (...) cria uma norma, ninguém quer ficar no mínimo” (Mario<sup>3</sup>, 2014).

Numa substituição do ideal de ego pelo ideal organizacional, ou ainda, por uma assunção ilusória do ideal organizacional com base num contrato narcísico entre indivíduo e instituição, o desejo em fazer carreira e a perseguição de um pretense ideal de excelência acadêmica, vem obscurecer os efeitos deletérios das pressões e sobrecarga de trabalho (Ruza, 2017, p.201):

Eu quero ser um pesquisador de excelência. Eu não me sinto pressionado nem pela CPA [Comissão Permanente de Avaliação] nem... pela CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] (...). O que está em jogo não é o que essa agência quer, é o que eu quero para minha carreira (Carlos, 2015).

Estabelecida uma ligação psíquico-organizacional (Aubert & Gaulejac, 1991), as normas institucionais vêm a ser internalizadas e tornam-se parte de um projeto de vida e profissão. Uma série de mediações conflui neste sistema sedutor e expropriador. A promoção ideológica da excelência como aspiração humana e prerrogativa de qualidade institucional garante envolvimento subjetivo, apesar do ideário não ser uma regra socialmente partilhada, mas uma condição de distinção social: “a etimologia do termo [excelência] vem do latim *excellētia*, do verbo *excellere*, que significa sair da porção, superar, ter a vitória sobre” (Gaulejac, 2007, p.83). A ideia de objetividade e neutralidade da modelagem matemática nos procedimentos avaliativos permite a falsa sensação de segurança e justiça frente ao arbítrio do subjetivismo e de interesses conflitantes. E a “ciência gerencial”, sendo

<sup>3</sup> Os nomes dos entrevistados são referenciados por pseudônimos.



comercializável, tem a possibilidade de reconverter “as rendas acadêmicas” em “rendas financeiras”, objetivada nas possibilidades de financiamentos de pesquisa e outras formas de distinção, como a bolsa de produtividade do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Este tipo de mediações fortalece o vínculo indivíduo-organização, pois antecipam e controlam as contradições decorrentes deste forjado contrato narcísico (Aubert & Gaulejac, 1991; Gaulejac, 2007). Este controle não é um beco sem saída, nem a sedução institucional uma cooptação intransponível, mas atua, predominantemente, como obstáculo à inteligência astuciosa, ao sofrimento criativo e a solidariedade e cooperação.

A universidade hoje é perpassada por uma sociabilidade instrumental e produtiva ensejada por uma gestão patogênica. Com a naturalização da sobrecarga de trabalho e a internalização das pressões há inevitável interpolação do trabalho à vida privada, repercutindo no bem-estar, na família e nas relações sociais do professor. O desejo de superar a si e aos outros fragiliza as relações de trabalho em virtude do ambiente de competição e individualização das relações de trabalho. Reduzida as relações de confiança e cooperação, reconhecer a relevância e qualidade do trabalho torna-se algo obstaculizado. As injunções paradoxais de uma cultura de escores e de forjada produção acadêmica leva o docente a conviver com sofrimentos insidiosos e esvaziadores de sentido. A gestão supostamente exige do professor aquilo que ela impede: a qualidade. Com a perda do controle sobre o critério de qualidade e as crescentes pressões por desempenho mensuráveis torna-se inevitável o divórcio entre o real e o prescrito, o que a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004b; 2004c) mostra reverberar em impedimentos no agir autônomo, inconcretudes e estranhamento frente ao produto de seu trabalho. Desvirtualizado, o

reconhecimento não atinge o ganho identitário e sublimação esperada, redundando em crise, como a ilustrada por um docente (Ruza, 2017, p.230-231):

Em relação a desempenhos acadêmicos, estou sempre insatisfeito comigo (...) são poucas as produções textuais que eu realmente gosto, de que realmente acho que conta. Às vezes, você faz coisas por encomenda, mas que não era aquilo exatamente que você queria fazer (...). O outro fala: “Nossa aquele seu texto ficou tão legal”. E eu falo: “Aham, legal, obrigado”. (...) acho que todos nós somos levados a isso. (...) ao produtivismo, é esse um problema, o produtivismo, o exagero de produção (Mario, 2014).

O caráter patogênico do impedimento é que o profissional não se vê no fruto de seu trabalho. Devido as suas potencialidades não estarem plenamente inscritas na atividade, o professor cria uma falsa imagem negativa de si, que apesar de se contrastada pelo outro (“nossa! aquele seu texto ficou tão legal”), muitas vezes, é a que prepondera para si.

O reconhecimento malversado como forma de manipulação da subjetividade, gera um divórcio frente as suas potencialidades autênticas. No bojo desta sedução expropriadora, é irreduzível a existência de possibilidades de estranhamento à condição alienada. Processo doloroso, sempre precedido por vivências de sofrimento e crises de sentido, pode ensejar ações de resistências, apesar de serem pontuais e limitadas pela sociabilidade instituída. Estas resistências elucidam o desejo de atuar politicamente na busca de novos caminhos e rearranjos frente às normas da instituição universitária, ou ainda, por meio de ações individuais da prática cotidiana, como a

subversão frente aos critérios avaliativos de projetos de pesquisa institucional (Ruza, 2017, p.229):

Eu tenho minha estratégia para fazer parecer - meu parecer é sempre positivo e faço como uma estratégia contra esses órgãos de controle [risos] (...). *Não é dizer que eu vou mentir no relatório, não é isso, pois todo o projeto tem aspectos positivos, então, o que eu faço nos meus pareceres: eu ressalto o que tem de positivo* (Paula, 2014, grifos nossos).

Estranhar a negação da individualidade humana implica na potencialidade de mobilizar formas de resistência à teleologia heterônoma que o aliena. Porém, quando não legitimadas pelo coletivo, podem não ensejar o ganho psíquico esperado, mas redundar em crises, estereótipos e questionamentos. Por outro lado, legitimadas socialmente, as estratégias de enfrentamento, por exemplo, frente às normas avaliativas, integram uma dimensão viva e sublimatória do trabalho. Neste sentido, a possibilidade de conscientização e de busca de um agir ético-político no trabalho subsiste e assume em potência uma possibilidade sublimatória por enfrentar situações adversas (que o indigna e causa dor), mas estas estratégias nunca são ausentes de contradições, conflitos e possíveis engodos. Mas é o referendar do coletivo, pela mediação do espaço da palavra, que pode levar ao êxito inexistente em estratégias individuais.

Consideramos, portanto, no que tange à análise da intensificação do trabalho na pós-graduação (Ruza, 2017), a importância de uma análise crítica sobre a corrosão das atuais formas históricas de psicodinâmica de reconhecimento no/do trabalho. Uma forma *sui generis* de degradação e de expropriação do trabalho. Pois não se tratam de formas efetivas de

reconhecimento, mas sim de embustes que impedem o reconhecimento, e o fetichizam. Os trabalhadores tendem a se manter circunscritos à gestão e às políticas gerencialistas cuja matriz é a forma mercadoria. O mal-estar se reitera como forma histórica de doença social, violência e barbárie, sob os auspícios da instrumentalização e manipulação da subjetividade no trabalho.

### **Precarização e conflito identitário na malversação do reconhecimento do trabalho do tutor em EaD**

O objeto da Tese de Sampaio (2017) foi o trabalho do docente universitário do Curso de Licenciatura em Pedagogia da modalidade à distância do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), incluindo orientadores de disciplina e de turma. Investigou-se as características e consequências da implantação dos programas de Educação a Distância (EaD) nas universidades públicas brasileiras e enfocou-se os aspectos relativos à formação e condições de trabalho dos docentes que atuam nessa modalidade de ensino. Foram analisados dados documentais sobre a legislação da Educação a Distância e dados objetivos sobre a expansão da UNESP e sobre a implantação da Univesp. Foram ainda identificados o perfil do professor, funções desenvolvidas e condições de trabalho, por meio de questionários, seguidos de oito (8) entrevistas semiestruturadas.

A análise dos dados apontou que os orientadores de disciplina podem ser considerados trabalhadores que constituem o que Braga (2012) conceitua como precariado. Suas jornadas de trabalhos eram extensas, a qualificação elevada e os salários incompatíveis com ambos. Cumpriam na maior parte das vezes duplas jornadas de trabalho (de tutor na EaD e professor na Educação Básica) e pagavam para trabalhar, não raro justificando ser

positivo no sentido de melhorias no currículo. Assumiam frequentemente as tarefas dos orientadores de turma, que eram os professores que tinham vínculos efetivos com a UNESP.

Se no trabalho da pós-graduação apontamos para a sedução expropriadora e um sofisticado sistema de manipulação da subjetividade sob a mediação da intensificação do trabalho, o caso dos orientadores de disciplinas evidencia a precarização e a expropriação do valor. Aspecto este que, na pesquisa de Silva (2015) com a universidade federal, também foi evidenciado no caso dos professores dos *campi* interiorizados.

A análise das condições de trabalho e dos relatos dos professores orientadores de disciplina (denominados tutores em outros cursos de outras instituições) nos levou a apontar para uma questão identitária problemática, senão dilemática. Eles não se reconheciam como professores da instituição e muitos apresentavam estranhamento em relação ao trabalho, na maior parte das vezes divorciado da autonomia e do que consideravam ser atividades tipicamente de docência. A degradação de si e do seu trabalho foram relacionadas a uma des-efetivação do ser social professor. E a precarização se revelou tanto objetiva como subjetiva.

Um dos orientadores de disciplina relatou ter trabalhado por 2 anos, 20 horas semanais na Univesp, divididas em 8 horas presenciais e 12 horas em atividades da plataforma. Acumulava ainda trabalho com o ensino presencial em outra universidade e o ensino EaD como tutor em uma terceira instituição. A precariedade salarial impunha esta jornada de trabalho extensa. O professor disse ter havido “momentos” nos quais os “conceitos”, da forma como eram “apresentados”, lhe davam “bons motivos para não concordar com a abordagem proposta” (Sampaio, 2017, p.201). O trabalho com material pré-elaborado (por outro docente) gerou conflito com suas próprias concepções. A separação entre o planejamento e a

execução do trabalho que deveria ser *stricto sensu* intelectual e formativo conduz o tutor ao estranhamento de si e do fruto de seu trabalho. Ao lhe questionar sobre se sentia-se efetivamente professor em sua função de orientador de disciplina respondeu o seguinte (Sampaio, 2017 p.123):

É uma resposta complicada... Você é visto como professor porque é o rosto visível no curso, é a voz presente nos encontros e *feedbacks*. Mas não pode exercer seu "direito de cátedra", de dizer a própria palavra. É o que fazia às vezes eu não me sentir professor (Entrevistado 1 – Orientador de Disciplina).

Outro orientador de disciplina expôs de forma contundente o conflito identitário (Sampaio, 2017, p.134):

A gente tem uma crise de identidade tremenda (...). Você não sabe se você é tutor, se você é professor, não tinha ideia. Então, na hora que se constrói uma identidade, no momento seguinte, era outra identidade. No terceiro momento você estava só passando orientações específicas que o autor da disciplina passou para você, entende? Então, você tem assim, é um processo de construção de identidade bem complexo dentro desse modelo (Entrevistado 4 – Orientador de Disciplina).

A identidade do docente que trabalha em um curso semipresencial pode ser diretamente influenciada pela maior ou menor autonomia. Mas podemos questionar a questão da autonomia na sociedade capitalista e nesta situação de

trabalho que revela, com maior nitidez, a forma mercadoria, aspecto este relativamente camuflado no gerencialismo e no trabalho do servidor público estável da pós-graduação.

A questão da precarização e das extensas jornadas e acúmulos de trabalhos mal pagos foi expressa de forma aguda no objeto de análise de Sampaio (2017). Como nos aponta Marx (2013, p.597), “na sociedade capitalista produz-se tempo livre para uma classe transformando todo o tempo de vida das massas em tempo de trabalho”. Enquanto mesclada ao desgaste, à degradação de si e da própria identidade docente, se distingue da precarização do indivíduo fisgado pelos seus ideais narcísicos e pelos sedutores ideais de excelência e prestígio (na maior parte das vezes fraudados). A vitalidade do ser social é extraviada por cargas extensas de trabalho mal pago e destituído de sentido, conquanto sem o devido reconhecimento e divorciado da autonomia.

Sampaio (2017, p.27-28) aponta para o “sociometabolismo da barbárie” conquanto um complexo social de “dessocialização e desefetivação” do ser genérico do homem, que surge a partir da “degradação ampliada do mundo do trabalho”. Ao ofício fragmentado do orientador, corresponde uma degradação do trabalho e da identidade docente.

A precarização objetiva dos contratos vulneráveis e dos rendimentos incompatíveis com qualificações e expectativas se articula à precarização subjetiva, isto é, ao sentimento de trabalhar, trabalhar e trabalhar, mas sem nunca atingir o resultado subjetiva e objetivamente desejado. Trabalho cujo significado se perde em funções que são vividas como processo de des-efetivação da condição docente. O não-pertencimento institucional, e o não-reconhecimento, por parte dos outros e de si mesmo, provocam o sofrimento dos professores orientadores de disciplina da EaD da Univesp. Estes oscilam em ora apresentar e revelar o desgosto e desesperança, e ora fazerem o

jogo do contente, de modo a apresentar racionalizações defensivas. Muitos dizem estar em condição transitória (que em muitos casos perdura com vários anos em trabalhos precários), e se autoconsolam com uma imagem de um futuro promissor na universidade pública. Mas que lugar seria este que almejam? Consideram estar a construir o *curriculum*, e vislumbram uma universidade um tanto idealizada, e cuja idealização, como aponta Ruza (2017), tende a ser usada como mecanismo de cooptação e de malversação da psicodinâmica do reconhecimento. Da situação de precarização podem se “elevar” para a da intensificada excelência, mas sem livrar-se do desgaste. Eis o que podemos hipotetizar, ao cotejar as análises das pesquisas ora sintetizadas.

### Considerações finais

Destacamos em nossas reflexões sobre a pesquisa da universidade em expansão, articuladas às análises das duas Teses, referentes a casos distintos de professores, um relacionado à intensificação do trabalho e cooptação, e outro, ao conflito identitário e à precarização, os impasses em torno da avaliação do trabalho e do reconhecimento das contribuições do trabalhador às políticas de avaliação e de gestão e organização do trabalho. Faz-se necessário se ampliar as discussões sobre o controle das formas de exercício e de execução do trabalho, assim como os limites para a construção da autonomia dos trabalhadores sob os auspícios de políticas públicas, cujos modos de avaliação e de ranqueamento de desempenhos se pautam em critérios heterônomos e divorciados da atividade real do trabalho, do trabalho vivo.

Há uma série de tensões, contradições e impedimentos em um contexto sócio institucional adverso e propício ao sofrimento e ao adoecimento, este permeado por dimensões ético-

políticas, tal como se apontou na pesquisa de pós-doutorado (Silva, 2015). Os impedimentos à criatividade dos trabalhadores no trabalho e da participação e reconhecimento de suas capacidades na formulação de políticas públicas e de gestão do trabalho implicam em riscos e vulnerabilidades no que diz respeito à saúde e equilíbrio psicossomático. Impasses, paradoxos e (im)possibilidades do cotidiano do trabalho só podem ser compreendidos quando considerada a complexa ou fraudada trama de reconhecimento, isto é, a malversação do reconhecimento. As demandas por reconhecimento são, na maior parte das vezes, insatisfeitas. Quando não manipuladas, e, neste sentido, refratárias à construção da autonomia e emancipação.

Na análise da intensificação do trabalho na pós-graduação pudemos apontar para a malversação do reconhecimento e sua relação com as injunções paradoxais e a quantofrenia. A forma *sui generis* de degradação do trabalho nela explicitada difere daquelas da precarização dos *campi* interiorizado e do professor substituto da universidade federal, assim como da do professor que constitui o precariado na EaD na Univesp: o “tutor” (denominado “orientador de disciplina” na instituição pesquisada). E na conjuntura de precarização e desfinanciamento da política de Ciência e Tecnologia, dentre outras, podemos considerar que cresçam as pressões sobre os docentes e que os elementos da precarização, explicitados na análise dos “tutores”, possam se intensificar.

Pudemos analisar diferentes formas de não-reconhecimento: do embuste engendrado pela sedução institucional aos aspectos concretos da precarização do trabalho na EaD e da universidade em expansão, no qual a expropriação do valor melhor se revela. As políticas gerencialistas relacionadas ao mal-estar constituem formas históricas de expropriação sob os auspícios da instrumentalização e manipulação da

subjetividade no trabalho.

Conclui-se que o par precarização-intensificação do trabalho engendra uma unidade contraditória de prazer-sofrimento, no qual o reconhecimento é colocado em suspenso, quando não des-efetivado ou fraudado. A sociabilidade produtiva acarreta em limites a uma subjetividade refratária aos ditames instrumentais, diante dos quais tende a ser refratada de si mesma. O sofrimento prevalece e as estratégias defensivas são frágeis, ainda que possam impedir acometimentos de adoecimento propriamente ditos. Mas o ser social professor fica sempre sob a espreita de um universo laboral que mais o impede do que o liberta. E que forja cisões normopáticas e processos patogênicos tão silenciados quanto insidiosos.

## Referências

- Aubert, N., & Gaulejac, V. (1991). *Le coût de l'excellence*. Paris: Editions du Seuil.
- Braga, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- Dejours, C. (2004a). O trabalho como enigma. In: Lancman, S., & Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 127-140). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). Análise psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: Lancman, S., & Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 197-241). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004c). Inteligência prática e sabedoria prática: duas dimensões esquecidas do trabalho. In: Lancman,

- S., & Szelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp.277-299). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (2004d). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In: Lancman, S., & Szelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (F. Soudant Trad., pp. 303-316). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dejours, C. (1996). Prescription, transgression et souffrance dans le travail. In Girin, J., & Grosjean, M. (Orgs.). *La transgression de règles au travail*. (pp.107-118). Paris, L'Hartmann.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. (I. Storniolo Trad.). Aparecida, SP: Ideias & Letras.
- Mascaro, A. (2013). *Estado e forma política*. São Paulo: SP, Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- Ruza, F. M. (2017). *Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP: o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer*. Tese. (Doutorado em Educação) – CECH/UFSCar, São Carlos, SP.
- Sampaio, I. M. (2017). *O trabalho do professor no Curso de Pedagogia do Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp – 2010 a 2013)*. Tese. (Doutorado em Educação) – CECH/UFSCar, São Carlos, SP.
- Silva, E. P. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 17(1), 61-71. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/7049/5323>.
- Silva, E., & Heloani, R. (2013). Trapaça. In Vieira, F. O., Mendes, A. M., & Merlo, Á. R. C. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. (pp. 483-488). Curitiba: Juruá.
- Silva, E., & Mancebo, D. (2014). Subjetividade docente na expansão da UFF: criação, refração e adoecimento. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(2), 479-492. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n2/1984-0292-fractal-26-02-00479.pdf>
- Data de Submissão: 14/02/2018**  
**Data de Aceite: 01/04/2018**